

Superávit do País precisa atingir 2% do PIB após 2001

Resultado é necessário para que o Brasil consiga reduzir sua dívida pública

BRASÍLIA – O Brasil tem de garantir um superávit primário de pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) após 2001 para conseguir reduzir ao longo do tempo o percentual da dívida pública em relação ao PIB. Estudo do banco americano Morgan Stanley Dear Witter mostra que a dívida expressa como proporção do PIB deve se estabilizar no ano que vem, e a partir daí, ser reduzida. A estimativa do banco é que em 2010 a proporção seja de 44,3% e em 2020 de 41,1%. Em 1999 a dívida equivalia a 46,9% do PIB.

“Há risco quanto à manutenção do ajuste fiscal no longo prazo, já que nunca é possível garantir como o governo vai atuar, mas o câmbio flutuante funciona como um mecanismo de ajuste automático imposto pelo mercado, uma vez que sem disciplina fiscal o capital estrangeiro deixa o país e obriga o governo a retomar a austeridade”, diz Carlos Janada, economista que assina o estudo.

A preocupação dos investidores estrangeiros com a relação entre a dívida de um país e o PIB tem uma explicação: ela mede a capacidade de o país pagar o que deve. Se a dívida acumulada é muito grande e chega a comprometer percentuais elevados da riqueza produzida, pode chegar a um ponto em que se torna impossível de ser paga, e o governo é obrigado a partir para um calote.

Além de manter o superávit de 2% do PIB, o Brasil teria de crescer 4% ao ano e a taxa real de juros não poderia ultrapassar 8%. “Se a taxa real de juros permanecer em dois dígitos, o déficit público em relação ao PIB dificilmente terá chance de se estabilizar”, diz Janada. As estimativas mostram que a taxa de juros pode chegar a 8,25%, mas o superávit primário e o crescimento da economia não podem ser alterados, sob risco de a dívida explodir.

Na análise do banco, 87% do aumento da dívida entre 1995 e 1999 pode ser explicado pelo crescimento do déficit público. Apenas 13% podem ser explicados pelo reconhecimento de dívidas antigas do governo que não estavam contabilizadas (“esqueletos”) e o impacto da desvalorização cambial sobre o endividamento. Para que a dívida pública se estabilize em 2001 é preciso que a taxa de juros real não supere 11,2%. A expectativa é de que a dívida feche 2000 em 47,7% do PIB e termine 2001 no mesmo nível. (L.P.)